

# 1 ano de Justiça 4.0



Resultados e avanços do programa  
que vem transformando o Judiciário  
brasileiro com inovação e tecnologia

JANEIRO 2022



**JUSTIÇA FEDERAL**  
Conselho da Justiça Federal



CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA



STJ  
SUPERIOR



Tribunal  
Superior  
Eleitoral



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
Conselho Superior da Justiça do Trabalho

<b>Eixos de ação</b> .....	<b>4</b>
<b>Status das adesões</b> .....	<b>5</b>
<b>Aproximação, articulação e apoio aos tribunais</b> .....	<b>6</b>
Diagnóstico e planos de ação .....	6
Apoio técnico .....	6
Pesquisa de integridade e <i>compliance</i> .....	7
Capacitação profissional .....	7
Saneamento de dados .....	8
Visitas regionais .....	8
<b>Soluções digitais</b> .....	<b>9</b>
Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) .....	9
Sinapses .....	9
Codex .....	10
Painel de Estatísticas do Poder Judiciário .....	10
Painel de Resultados de Indicadores dos Macrodesafios .....	11
Sniper .....	11
Previdenciário .....	11
<b>Políticas judiciárias</b> .....	<b>12</b>
Balcão Virtual .....	12
Juízo 100% Digital .....	12
Núcleos de Justiça 4.0 .....	12
<b>Produtos de comunicação</b> .....	<b>13</b>

## JUSTIÇA 4.0



Há 1 ano, transformando o Judiciário brasileiro com inovação e tecnologia

Desde janeiro de 2021, o Programa Justiça 4.0 **impulsiona a transformação digital e o uso de inteligência artificial** para tornar a prestação de serviços de Justiça mais eficiente, eficaz e acessível à sociedade. Ele otimiza a gestão processual nos tribunais ampliando a automação do processo eletrônico, aproveitando melhor os recursos humanos e materiais, reduzindo despesas orçamentárias e fomentando a produtividade dos servidores.

O Programa também **concilia e aprimora as estratégias já usadas pelo sistema de Justiça para registrar e gerir dados e informações**. Com isso, fornece evidências para o aperfeiçoamento das políticas judiciais e aumenta a governança e transparência do Poder Judiciário.

Esta publicação exhibe os principais **avanços alcançados no primeiro ano de atividades**— entre eles, plataformas e outras soluções digitais, estudos da realidade tecnológica e de integridade e *compliance* dos tribunais, ações de articulação e apoio aos órgãos de Justiça, capacitações para servidores e divulgação de dados em painéis interativos.

Os alicerces estão postos para seguir oferecendo serviços de Justiça mais eficazes, transparentes, céleres e acessíveis a toda a sociedade brasileira em 2022 e nos próximos anos.



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal

CNU  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



JUSTIÇA DO TRABALHO  
Conselho Superior da Justiça do Trabalho

## Eixos de ação



## Inovação e tecnologia

**Soluções disruptivas** para transformar o Judiciário e melhorar a prestação de serviços a toda a sociedade

## Prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e recuperação de ativos

Robustecimento da atuação do Judiciário com melhor **gestão de dados e informações** e otimização da pesquisa de ativos em bancos de dados



## Gestão de informação e políticas judiciárias

Formulação, implantação e monitoramento de **políticas judiciárias com base em evidências** para fortalecer a promoção de direitos humanos

## Fortalecimento de capacidades institucionais do CNJ

**Transferência de conhecimentos e soluções** ao CNJ e demais órgãos da Justiça com foco na segurança jurídica, na sustentabilidade dos projetos e na eficiência da prestação jurisdicional



Saiba mais sobre o [Programa Justiça 4.0](#), uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) para promover a inovação e efetividade na realização da Justiça para todos.

Acesse



## Status das adesões



(Até 10/01/2022)

## Conselhos



100% Conselho Nacional de Justiça

100% Conselho Superior da  
Justiça do Trabalho

100% Conselho da Justiça Federal

## Tribunais Superiores



100% Superior Tribunal de Justiça

100% Tribunal Superior do Trabalho

100% Tribunal Superior Eleitoral

100% Superior Tribunal Militar

## Tribunais federais, especializados e estaduais

Justiça  
FederalJustiça  
do TrabalhoJustiça  
EleitoralJustiça  
MilitarJustiça  
Estadual

Acompanhe a [assinatura dos acordos](#) de adesão  
ao Justiça 4.0 e à PDPJ-Br.

Acesse



## Aproximação, articulação e apoio aos tribunais



### Diagnóstico e planos de ação

A equipe do Justiça 4.0 conduziu um estudo para **conhecer a realidade tecnológica dos tribunais**. As informações levantadas apoiam a elaboração de planos de ação para a integração desses órgãos ao Justiça 4.0 e à PDPJ-Br. 88 tribunais diagnosticados, **metade já conta com plano de ação pronto e em monitoramento**.

88 | tribunais diagnosticados

88 | planos de ação preliminares entregues

44 | planos de ação finalizados e em monitoramento

Acompanhe a [execução dos planos de ação nos tribunais](#).

Acesse



Plataforma  
Digital do  
Poder Judiciário

### Apoio técnico

Os desenvolvedores dos tribunais do país podem contar com uma [documentação de referência](#) da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), elaborada pela equipe do Programa para **disseminar informações técnicas da plataforma e seus serviços**.

Além disso, os tribunais começaram a receber **suporte direto à entrada na plataforma e ao pleno uso dos Serviços Estruturantes** já disponibilizados. A equipe do Programa está em contato com servidores dos órgãos, fornecendo informações gerais, enviando links de apoio e sanando dúvidas em reuniões e por e-mail.

Também para informação das equipes técnicas dos órgãos, um Programa de Formação para Integração e Desenvolvimento da PDPJ-Br, composto de 7 webinários, foi conduzido pelo CNJ. Os [encontros](#) foram gravados e estão disponíveis no YouTube.



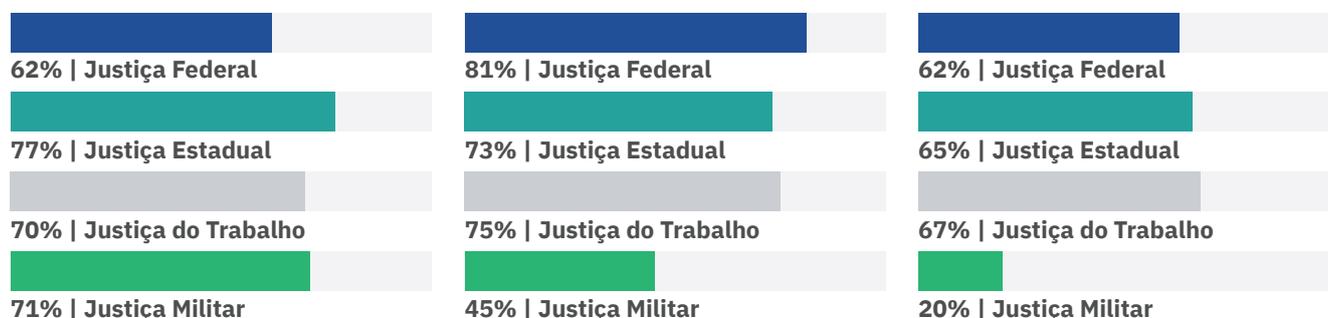
## Pesquisa de integridade e *compliance*

A equipe conduziu também uma **Pesquisa de Integridade e *Compliance* com 96 órgãos das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e Militar**. O estudo constatou que:

A maioria desconhece ou não tem programa de integridade e *compliance* implementado e supervisionado pela alta administração.

A maioria desconhece, não realiza ou raramente promove treinamentos nesse tema para alta administração, servidores e demais funcionários.

Por outro lado, grande parte tem procedimento para levantar, avaliar e gerir riscos de irregularidades, fraude e corrupção.



Esses resultados inspiraram a **proposta de uma capacitação em integridade e *compliance*** para gestores e servidores, **prevista para 2022**, e vão apoiar a elaboração de um manual sobre esse tema para os tribunais.



## Capacitação profissional

O Programa oferece oportunidades de aperfeiçoamento aos servidores do CNJ e dos tribunais brasileiros.

Em 2021, dois cursos foram ofertados:

- Introdução à Gestão de Projetos, com 206 concluintes de todas as regiões do país;
- Formação em Gestão de Projetos, com 41 concluintes, totalizando **247 profissionais do Judiciário capacitados pelo Justiça 4.0**.

Nesse mesmo âmbito, foi feita a **mentoria de 9 projetos** indicados pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais do CNJ.



## Saneamento de dados

O Justiça 4.0 auxiliou os tribunais do país na organização dos dados para envio à Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), que é a fonte primária do Sistema de Estatística do Poder Judiciário. Com essa ação, o Programa contribuiu para o cumprimento da Resolução CNJ n. 331/2020 e da Portaria CNJ n. 160/2020.

**Em 87 encontros, a equipe orientou 90 tribunais sobre saneamento de dados**, tirando as dúvidas dos servidores e auxiliando-os a entregar os dados estatísticos da melhor forma.

**Os tribunais puderam contar ainda com ferramentas de apoio para validação dos dados:** o Programa Validador, que permite conferir os dados antes da remessa do DataJud ao CNJ; o [Painel de Saneamento](#), que aponta inconsistências nos processos; [o detalhamento das inconsistências em processos](#) por unidade judiciária, que apoia o saneamento mais aprofundado das unidades vinculadas ao tribunal; o [Painel de Acompanhamento](#), que exibe a evolução do saneamento de cada tribunal; o FaxinaJud, que possibilita detectar inconsistências e corrigir arquivos XML antes do envio; e uma API (Interface de Programação de Aplicativos) que viabiliza a consulta, na íntegra, da base do DataJud do próprio tribunal por usuários autorizados e IPs cadastrados no CNJ.



## Visitas regionais

Os magistrados envolvidos com o Justiça 4.0 e a equipe do Programa fizeram **9 visitas a tribunais de todo o país** ao longo de 2021 para fortalecer o diálogo e a troca de experiências.

Houve 1 encontro no Sudeste, 1 no Sul, 1 no Centro-Oeste, 4 no Nordeste e 2 no Norte, que resultaram em **compromissos pela integração à PDPJ-Br e expansão das políticas** Balcão Virtual, Núcleos de Justiça 4.0 e Juízo 100% Digital.

## Soluções Digitais



### Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br)



Plataforma  
Digital do  
Poder Judiciário

Lançada em agosto de 2021, a [plataforma](#) viabiliza a nova **política de disseminação do processo judicial eletrônico no país**. Ela armazena em nuvem novos sistemas, módulos e serviços para uso colaborativo dos órgãos de Justiça.

Desde seu lançamento, a **PDPJ-Br já disponibiliza 7 Serviços Estruturantes**, que implementam funcionalidades do sistema de processo judicial eletrônico e possibilitam a integração e interoperabilidade das soluções da própria plataforma: Marketplace; Autenticação e Autorização; Notificações e Mensageria; Tabelas Processuais Unificadas; Pessoas e Endereços; Cabeçalho do Processo; e Organizacional.

### Sinapses



A plataforma [Sinapses](#), que integra a PDPJ-Br, gerencia e armazena **modelos de inteligência artificial (IA)** desenvolvidos para melhorar a gestão de dados e informações do Judiciário, aperfeiçoando assim a prestação de serviços de Justiça.

**A equipe do Justiça 4.0 desenvolveu 3 modelos de IA, todos com acurácia acima de 85%**, que permitem a identificação automática de documentos do tipo Petição, Contestação e Procuração/Subestabelecimento. Esses modelos estão disponíveis na Sinapses para uso dos tribunais e podem, por exemplo, facilitar e agilizar o preenchimento automatizado dos metadados de um processo judicial sobre o tipo do documento (petição, contestação, procuração ou outro). Também está disponível na plataforma um modelo que combina as inferências geradas pelos três modelos, permitindo identificar documentos pertencentes aos tipos indicados.

## Codex



O [Codex](#) é a plataforma que extrai, indexa e centraliza informações de processos, oferecendo assim o **conteúdo textual de documentos e dados estruturados**. Esse imenso repositório de dados do Judiciário pode ser usado em modelos de inteligência artificial, na realização de pesquisas inteligentes, na alimentação automatizada de dados estatísticos e na produção de painéis e relatórios de *business intelligence*.

O projeto vem avançando na instalação do Codex nos tribunais do país. **Além do próprio CNJ, 19 tribunais estão habilitados para o envio de processos à plataforma. Em 8 deles e no CNJ, o Codex está em pleno funcionamento:** esses 9 órgãos já enviaram 8,5 milhões de processos, o que significa 15,5 milhões de metadados de pessoas e mais de 420 milhões de metadados de documentos.



## Painel de Estatísticas do Poder Judiciário



O Painel de Estatísticas do Poder Judiciário possibilita o fácil acesso às **informações mais relevantes dos processos judiciais** e a um massivo banco de dados dos tribunais. Essa ferramenta digital será acessada diretamente nos portais dos órgãos.

A [versão de homologação do painel](#) foi disponibilizada, com dados de **89 tribunais**, e apresentada aos magistrados do CNJ que compõem o Programa Justiça 4.0, ao CJF, à Corregedoria Nacional de Justiça e a todos os tribunais para validação.

## Painel de Resultados de Indicadores dos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário



Foi concluída a [primeira versão](#) do Painel de Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2021–2026), que demonstra **resultados dos indicadores de desempenho** associados a cada um dos macrodesafios previstos na [estratégia](#). Essa ação resulta de parceria entre o PNUD, o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e o CNJ.

## Sniper



Esse sistema vai possibilitar cruzar informações de bases de dados abertas e fechadas, destacando os **vínculos societários, patrimoniais e financeiros entre pessoas físicas e jurídicas**. Tais vínculos não seriam perceptíveis em uma mera análise documental e, com o Sniper, será possível uma visualização em grafo, fácil e simples de operar.

Em 2021, o **Sniper teve seus requisitos especificados e foi integrado à PDPJ-Br** com a funcionalidade do Mapa de Relacionamentos. Essas ações foram executadas com a empresa Pythonic Café, que está desenvolvendo o software.

## Previdenciário



Neste módulo da PDPJ-Br, desenvolve-se uma solução de software para a automação tanto do acesso às informações das bases de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como do envio de ordens judiciais a esse instituto. Com a **maior agilidade e qualidade das informações previdenciárias**, o cidadão terá seu processo analisado e concluído de forma mais rápida e as rotinas internas de trabalho no Judiciário serão otimizadas.

**Os serviços de Dossiê Médico e Dossiê Previdenciário já foram liberados** na plataforma. No serviço do dossiê médico, pode-se solicitar uma informação com o CPF, e o sistema entregará um laudo médico com dados estruturados e em PDF. Já o dossiê previdenciário oferece ainda mais informações do cidadão, por exemplo, histórico de créditos, benefícios e extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

## Políticas judiciais

 **BALCÃO VIRTUAL****Balcão Virtual**

Durante o expediente, os tribunais devem manter uma **ferramenta de videoconferência para atender os advogados e as partes de forma remota**, como se estivessem em balcões presenciais. Toda vara e secretaria de órgão judicial deve possuir balcão virtual e intermediar o atendimento pelo juiz, se solicitado. **O Balcão Virtual desburocratiza e agiliza o atendimento** do Judiciário aos cidadãos.

**JUÍZO 100% DIGITAL****Juízo 100% Digital**

Com o Juízo 100% Digital, todos os atos processuais, incluindo **audiências e sessões de julgamento**, são praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, através de videoconferência. O cidadão não precisa comparecer fisicamente aos fóruns para ter acesso à Justiça.

O Juízo 100% Digital institui o conceito de Justiça como serviço, desvinculado da sede física dos fóruns e de seu ritual. Atualmente, **7,4 mil serventias já utilizam o Juízo 100% Digital**.

Acompanhe a [implantação do Juízo 100% Digital](#) no país.

Acesse

**Núcleos de Justiça 4.0**

Esses **núcleos** permitem a atuação remota de juízes e a prestação de serviços totalmente digitais. As demandas são distribuídas conforme a matéria para os núcleos especializados, que julgam **ações vindas de qualquer local do território** sobre o qual o tribunal tem jurisdição. Os processos distribuídos nos núcleos tramitam na unidade mediante o consenso das partes.

## Produtos de comunicação

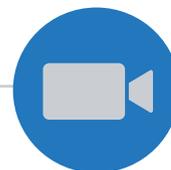


## 5 Cartilhas

3 sobre o Programa

1 sobre os Núcleos de Justiça 4.0

1 sobre a atuação conjunta do PNUD e do CNJ para expandir o acesso à Justiça como garantia de direitos humanos (em parceria com o projeto Fazendo Justiça)



## 2 Vídeos

Apresentação da [PDPJ-Br](#)

Apresentação do [Codex](#)



## 3 páginas publicadas na web

Apresentação do [Programa Justiça 4.0](#)

Apresentação da plataforma [Sinapses](#)

Apresentação da plataforma [Codex](#)



## 55 Produtos de comunicação institucional

14 boletins de notícias

36 boletins internos semanais

3 boletins de monitoramento

1 especial de 180 dias

1 especial de 365 dias



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal



CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA



STJ  
SUPERIOR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Tribunal  
Superior  
Eleitoral



JUSTIÇA DO TRABALHO  
Conselho Superior da Justiça do Trabalho



**Judiciário e tecnologia juntos por uma Justiça  
mais rápida, efetiva e acessível para a sociedade**

**PNUD Brasil**

Katyna Argueta

**Representante Residente**

Carlos Arboleda

**Representante Residente Adjunto**

Maristela Baioni

**Representante Residente Assistente para Programa**

Caroline Fernandes

**Chefe de Operações**

Moema Freire

**Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça****COORDENAÇÃO DO PROJETO**

Giane Boselli

**Coordenadora Técnica**

Fabiano Lima

**Assessor Sênior – Projeto BRA/20/015**

Eduardo Arruda

**Coordenador de Gestão – Projeto BRA/20/003**

Julia Matravolgyi

**Assistente de Projetos**

Lívia de Salles Paiva

**Assistente de Projetos**

Anna Clara Monjardim

**Assistente em Gestão de Projetos e Gestão da Informação**

Renato Schattan

**Auxiliar de Projetos****CJF**

Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

**Presidente**

Marcio Luiz Coelho de Freitas

**Secretário-Geral do CJF****CNJ**

Ministro Luiz Fux

**Presidente do CNJ**

Valter Shuenquener

**Secretário-Geral do CNJ**

Marcus Livio Gomes

**Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica****Comitê Técnico**

Conselho Nacional de Justiça

Conselho da Justiça Federal

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil)

**Grupo de Trabalho**

Juiz Federal Marcio Luiz Coelho de Freitas

**Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal**

Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Alexandre

Libonati de Abreu

**Secretaria-Geral do CNJ**

Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Dorotheo

Barbosa Neto

**Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ**

Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Fábio Ribeiro Porto

**Departamento de Tecnologia, Informação e Comunicação do CNJ**

Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ Dayse Starling Motta

**Departamento de Gestão Estratégica do CNJ**

Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ Ana Lúcia

Andrade de Aguiar

**Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ**

Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ Lívia Cristina Marques Peres

**Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ**

Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ Trícia Navarro

**Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ****Equipe técnica**

Adriano Naves | Alessandra Aparecida Toyama | Alexandre Alves de Oliveira | Ana Carolina Rezende Oliveira | Ana Terra | Ana Vitiello | André José da Silva Lima | Andréa Soares | Andreici Daiani Vedovatto Vitor | Arsênio Carlos Andrés Flores Becker | Bruno Tadeu França | Carlo Borsoi Moura | Celena Regina Soeiro de Moraes Souza | Cláudia Correa | Cleiton Ramos | Cristiano Gutierrez | Diego Agostinho Calixto | Felipe Bósio Aymay | Flávio Moreira de Oliveira | Flávio Sousa da Vitória | Gabriela Moura da Silva G Florentino | Grazielle Silotto | Guiller Novaes | Hugo Carrilho | Isabella Cristina Ferreira da Costa | Jackson Guilherme de Andrade Araújo | Jaqueline Juvencio de Sá Fonseca | Jenieri Polacchini | José Avelino Placca | Leslier Correa | Lorayne de Oliveira Santos | Marcelo Feijó de Oliveira | Marcus Vinicius Costa Fontes | Mariana Sidersky | Marielle Ynara Teixeira Creão | Michelle Santos | Moisés Batista de Almeida | Murillo Pontes Marinho | Nicolas Wulk | Pedro Chaltein Almeida Gontijo | Pedro Zangrando | Rachel Marini Magalhães | Rafael Costa | Raquel Lasalvia Correia da Silva | Raquel Rodrigues Barbosa de Souza | Ricardo Augusto Simões Lage | Rodolfo Lotte | Rodrigo Farhat | Rômulo Sorato | Silvia Maria Wanderley Moraes | Thiago Mansonetto | Tiago de Jesus Lopes Sousa | Vanessa Maeji | Vitória Marques Lorente | Viviane Fecher

Ana Terra, Raquel Lasalvia e Vanessa Maeji

**Redação e edição**

Taryn Polieste

**Capa, leiaute e diagramação**